

Demonstrações Financeiras

PagSeguro Internet S.A.

30 de junho de 2019
com Relatório do Auditor Independente

PagSeguro Internet S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2019

Índice

Relatório da Administração sobre as demonstrações financeiras

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras..... 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial 5

Demonstração do resultado 7

Demonstração das mutações do patrimônio líquido..... 8

Demonstração do fluxo de caixa 9

Notas explicativas às demonstrações financeiras 10

Relatório da Administração

Em atendimento à circular nº 3.833/2017 do Banco Central do Brasil (BACEN), a Administração do PagSeguro Internet S.A. (“Companhia” ou “PagSeguro”), subsidiária do PagSeguro Digital Ltd. (“PagSeguro Digital”) tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019.

O PagSeguro é um Arranjo de Pagamento Fechado e uma instituição de pagamento nas modalidades de credenciador, emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamento pós pagos. A Companhia obteve em 17 de outubro de 2018 autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), conforme publicação no Diário Oficial da União.

Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN, além de seguir os critérios e regras contábeis definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”). Nesse sentido, as demonstrações financeiras individuais (controladora) foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

No semestre findo em 30 de junho de 2019 a Companhia obteve R\$**50.625** milhões de valor financeiro transacionado, atingiu **9.4** milhões de clientes ativos (com pelo menos uma transação nos últimos 12 meses) dos quais **4.7** milhões são lojistas, lucro líquido de R\$**618** milhões, destacando a receita de prestação de serviços que totalizou o valor de R\$**1.981** milhões, substancialmente representada pela receita de intermediação financeira e pelo resultado de participações em coligadas e controladas que totalizou R\$**655** milhões, montante composto pela equivalência patrimonial das empresas investidas.

Em 30 de junho de 2019, os ativos da Companhia totalizaram R\$**14.005** milhões. O principal ativo do PagSeguro refere-se a valores a receber de bancos emissores de cartões, decorrente das transações realizadas com cartões de crédito e débito no valor de R\$**9.652** milhões, vale ainda destacar o valor investido em empresas controladas pela Companhia que totalizou R\$**1.395** milhões e o montante investido em títulos e valores mobiliários que no valor de R\$**1.929** milhões.

Em 30 de junho de 2019, o patrimônio líquido totalizou R\$**6.823** milhões. Destacamos abaixo as principais movimentações no patrimônio líquido:

- Lucro líquido de R\$**618** milhões no semestre findo em junho de 2019;
- Destinação de dividendos no valor de R\$**65** milhões para o PagSeguro Digital;
- Constituição de reservas legais e de lucros no valor de R\$**553** milhões.

Em relação às movimentações de caixa, importante reiterar o comprometimento do PagSeguro em ser uma Companhia disruptiva no mercado e com relevantes investimentos em tecnologia, prova disso é o investimento de R\$**145** milhões de reais em intangíveis, composto basicamente por desenvolvimento de softwares, além de R\$**116** milhões de aportes de capital em controladas e R\$**17** milhões em aquisições de outras empresas, justamente para agregar ao ecossistema de produtos e serviços proporcionados.

O resultado apresentado pela Companhia deve-se especialmente ao representativo aumento no número de clientes ativos e volume total processado, em linha com a estratégia do PagSeguro de penetração no mercado de clientes desbancarizados.

São Paulo, 29 de agosto de 2019.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
PagSeguro Internet S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do PagSeguro Internet S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do PagSeguro Internet S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme Nota Explicativa nº 8, em 30 de junho de 2019, a Companhia possuía cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios PagSeguro I. A Administração registra as referidas cotas na conta de “Investimentos”, no grupo de “Ativo Permanente”, no montante de R\$1.119.431 mil e o respectivo resultado na conta de “Resultado de participações em controladas e coligadas”, no grupo de “Outras receitas e despesas operacionais”, no montante de R\$ 607.580 mil no semestre findo na referida data. Conforme previsto pela prática contábil aplicável pelo Banco Central do Brasil, as aplicações em cotas de fundos de investimentos e os seus respectivos resultados devem ser registrados em conta específica do grupo de “Títulos e valores mobiliários” e o respectivo resultado na conta “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”. Conforme Nota Explicativa nº 8, a Administração junto com seus assessores externos está discutindo o assunto com o Banco Central do Brasil. Dessa forma, a apresentação desse investimento e outros eventuais efeitos não estão de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada a seguir “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, a Administração registra as cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios PagSeguro I na conta de “Investimentos”, no grupo de “Ativo Permanente”, no montante de R\$1.119.431 mil e o respectivo resultado na conta de “Resultado de participações em controladas e coligadas”, no grupo de “Outras receitas e despesas operacionais”, no montante de R\$607.580 mil no semestre findo na referida data, sendo tais classificações contábeis divergentes às práticas contábeis aplicáveis às entidades reguladas pelo Banco Central do Brasil. Desta forma, as outras informações que acompanham as demonstrações financeiras se encontram também distorcidas em função deste assunto.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que em 17 de outubro de 2018 a Companhia obteve autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil. Dessa forma, a partir dessa data, a Companhia passou a adotar as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Conforme previsto pela Circular 3.833 do Banco Central do Brasil, a Companhia optou pela apresentação das demonstrações financeiras sem dados comparativos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Os saldos de abertura apresentados na demonstração das mutações do patrimônio líquido, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório sobre as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo naquela data, em 28 de março de 2019, com uma opinião sem modificação sobre as referidas demonstrações financeiras.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

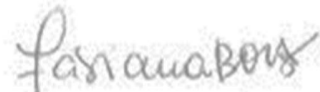
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Fabiana de Barros Gomes Turri de Genaro
Contador CRC-1SP241544-O-0

PagSeguro Internet S.A.

Balanço patrimonial
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2019
Ativo		
Circulante		
Disponibilidades	4	<u>27.886</u>
Títulos e valores mobiliários		<u>245.477</u>
Carteira própria	5	<u>245.477</u>
Relações interfinanceiras		<u>9.651.713</u>
Pagamentos e recebimentos a liquidar	6	<u>9.651.713</u>
Outros créditos		<u>206.424</u>
Rendas a receber		<u>12.105</u>
Diversos	7	<u>194.319</u>
Outros valores e bens		<u>26.690</u>
Despesas antecipadas		<u>26.690</u>
Total do ativo circulante		<u>10.158.190</u>
Realizável a longo prazo		
Títulos e valores mobiliários		<u>1.683.952</u>
Carteira própria	5	<u>1.683.952</u>
Outros créditos		<u>261.690</u>
Diversos	7	<u>261.690</u>
Outros valores e bens		<u>4.999</u>
Despesas antecipadas		<u>4.999</u>
Permanente		
Investimentos		<u>1.394.907</u>
No país	8	<u>1.394.907</u>
Imobilizado em uso		<u>143.243</u>
Imobilizações de uso	9	<u>164.213</u>
(Depreciações acumuladas)	9	<u>(20.970)</u>
Intangível		<u>357.996</u>
Ativos intangíveis	10	<u>625.463</u>
(Amortização acumulada)	10	<u>(267.467)</u>
Total do ativo não circulante		<u>3.846.787</u>
Total do ativo		<u>14.004.977</u>

	Nota explicativa	2019
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Depósitos		1.740.013
Outros depósitos		1.740.013
Outras obrigações		4.813.574
Fiscais e previdenciárias	13	240.886
Diversas	11	4.572.688
Total do passivo circulante		6.553.587
Passivo exigível a longo prazo		
Outras obrigações		628.320
Fiscais e previdenciárias LP	14	376.869
Diversas LP	11	251.451
Resultados de exercícios futuros		474
Resultados de exercícios futuros		474
Patrimônio líquido		
Capital		5.200.994
De domiciliados no país	16	5.200.994
Reservas de lucros	16	1.622.025
Ajustes de avaliação patrimonial	16	(423)
Total do patrimônio líquido		6.822.596
Total do passivo e patrimônio líquido		14.004.977

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PagSeguro Internet S.A.

Demonstração do resultado
Semestre findo em 30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2019
Receitas de intermediação financeira		80.283
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		80.283
Resultado bruto da intermediação financeira		80.283
Outras receitas/despesas operacionais		803.104
Receitas de prestação de serviços	17	1.981.128
Resultado de participações em coligadas e controladas	8	654.616
Outras receitas operacionais		17.221
Despesas administrativas	18	(355.626)
Despesas operacionais	19	(1.128.114)
Despesas tributárias	20	(225.649)
Despesas de pessoal	21	(140.472)
Resultado operacional		883.387
Receitas não operacionais		2.021
Despesas não operacionais		(21)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		885.387
Imposto de renda e contribuição social		(249.544)
Provisão para imposto de renda	14	(21.943)
Provisão para contribuição social	14	(4.143)
Ativo fiscal diferido	14	(223.458)
Participações no lucro		(18.049)
Lucro líquido do semestre		617.794
Lucro por ação		0,37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PagSeguro Internet S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestre findo em 30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2018		5.200.994	69.020	1.000.211	-	252	6.270.477
Lucro líquido do semestre	16	-	-	-	617.794	-	617.794
Constituição de reserva legal	16	-	30.890	-	(30.890)	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	16	-	-	-	-	(675)	(675)
Distribuição de dividendos	16	-	-	-	(65.000)	-	(65.000)
Constituição de reserva de retenção de lucro	16	-	-	521.904	(521.904)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2019		5.200.994	99.910	1.522.115	-	(423)	6.822.596

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PagSeguro Internet S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Semestre findo em 30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>30 de junho de 2019</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	885.387
Participação no lucro	(18.049)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social - ajustado	867.338
Despesas (receitas) que não representam movimentação de caixa:	
Depreciação e amortização	52.879
Equivalência patrimonial	(654.616)
Títulos incobráveis (<i>chargeback</i>)	68.436
Acréscimo de provisão para contingências	40.224
Juros, receita de aplicações financeiras e variação cambial, líquida	12.371
Varição de ativos e passivos operacionais	
Títulos e valores mobiliários	(1.921.351)
Relações interfinanceiras	(1.801.000)
Outros créditos	21.845
Despesas antecipadas	(14.165)
Depósitos	1.740.013
Outras obrigações diversas	(752.566)
Fiscais e previdenciárias	11.100
	<u>(2.329.491)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(28.136)
Juros recebidos	137.206
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(2.220.421)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Aquisições de imobilizado	(92.028)
Baixas de imobilizado	3.451
Aquisições de intangível	(145.091)
Aporte de capital em investidas	(116.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(349.668)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Distribuição de dividendos	(65.000)
Valor pago nas aquisições	(17.492)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(82.492)</u>
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.652.581)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	2.698.920
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	46.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PagSeguro Internet S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

O Pagseguro Internet S.A. ("Companhia"), uma subsidiária do PagSeguro Digital Ltd. ("PagSeguro Digital"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 5 de setembro de 2006, sediada na cidade de São Paulo - SP, Brasil e, tem por objeto social: atuação como instituidor de arranjo de pagamento; instituição de pagamento nas modalidades de credenciador, e emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamento pós pago; desempenho de atividades pertinentes ou correlatas às mencionadas nos itens precedentes, incluindo, mas não se limitando, veiculação de publicidade e desenvolvimento e facilitação de comércio eletrônico e liquidação financeira de transações relacionadas a determinado serviço de pagamento; e participação em outras sociedades, cujo objeto social seja relacionada, necessária ou conveniente a consecução do objeto social da sociedade no Brasil e/ou no exterior.

A Companhia obteve em 17 de outubro de 2018 autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

A Companhia tem como subsidiárias as empresas Net+Phone Telecomunicações Ltda. ("Net+Phone"), Boa Compra Ltda. ("Boa Compra"), BCPS Online Services LDA. ("BCPS"), R2TECH Informática S.A. ("R2TECH"), BIVACO Holding S.A. ("BIVA"), Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - PagSeguro ("FIDC") e Tilix Digital S.A. ("TILIX").

No semestre findo em 30 de junho de 2019, as demonstrações financeiras são compostas pelas seguintes controladas, vide nota 8:

Empresa	Em 30 de junho de 2019				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado líquido do semestre	Participação - %
Net+Phone	245.179	79.458	165.721	36.773	99,99
Boa Compra	102.712	67.532	35.180	8.631	99,99
BCPS	1.462	263	1.199	(286)	99,50
R2TECH	9.370	2.319	7.051	3.182	100,00
BIVA	18.681	4.794	13.887	1.499	100,00
FIDC	1.567.223	426.863	1.140.360	608.284	100,00
TILIX	5.780	6.210	(430)	(2.065)	100,00

PagSeguro Internet S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

Contexto operacional das controladas:

- Net+Phone: tem como objetivo principal a comercialização de equipamentos de leitura de cartões de crédito, cartões de débito e congêneres;
- Boa Compra: tem por objetivo principal a prestação de serviços ligados ou pertinentes à informática, à internet, extranet, intranet, hospedagem de websites, banners; comercialização e veiculação de publicidades, intermediação no comércio de produtos e serviços e comercialização de assinaturas por meio eletrônico; e organização de eventos;
- BCPS : tem como objetivo principal servir como *hub* da Boa Compra em Portugal, além de administrar parte de suas contas;
- R2TECH: o principal objetivo está na indústria da tecnologia da informação, focada em processamento de soluções em *back-office*, incluindo reconciliação de vendas, soluções e serviços de *gateway*, a captura de cartões de crédito junto as administradoras de cartão e aos vendedores. Em fevereiro de 2019, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 49%, no montante de R\$13.992, totalizando sua participação em 100%;
- BIVA: tem como objetivo principal a participação em outras empresas, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista, bem como o gerenciamento dessas participações. Em abril de 2019, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 22,65% na BIVA, no montante de R\$2.000, totalizando sua participação em 100%.

A BIVA possui investimentos nas seguintes controladas:

- Biva Serviços Financeiros S.A: tem como objetivo principal a intermediação da relação entre investidores, instituição financeira e tomadores de crédito por meio de plataforma eletrônica;
 - Biva Correspondente Bancário Ltda: tem como objetivo principal estruturar financiamentos para pequenas e médias empresas seguindo o modelo *crowdfunding*, na modalidade *peer-to-peer*;
 - Biva Securitizadora de Créditos S.A.: tem como objetivo adquirir e securitizar créditos financeiros.
- FIDC: constituído em 4 de outubro de 2017, tem como objetivo a aquisição de direitos de crédito devido pela Companhia ("cedente"). O FIDC representa um fundo de investimento constituído para financiar o crescimento da característica de pagamento antecipado da Companhia. A Companhia apresenta o FIDC em suas demonstrações contábeis como controlada. A apresentação é justificada pelo fato de que os riscos de inadimplência, a responsabilidade por despesas e administração relacionadas ao FIDC estão vinculados a cotas subordinadas detidas pela Companhia.

PagSeguro Internet S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

Contexto operacional das controladas:--Continuação

Em 30 de junho de 2019 o capital do FIDC é composto por cotas subordinadas sênior e mezanino. A Companhia detém 100% das cotas subordinadas.

- TILIX: tem como objetivo principal o desenvolvimento de softwares voltados para a soluções em administração de boletos, para pessoas físicas e jurídicas.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo BACEN. Os CPCs já aprovados pelo BACEN e considerados para a elaboração dessa demonstração financeira estão sumarizados abaixo:

- CPC 1 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 24 - Evento Subsequente
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados

Estas demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas em bases comparativas, utilizando a faculdade do item 2 da circular 3.833/17, artigo 6º, emitida pelo BACEN, que permite que essa prática seja adotada no ano de autorização para funcionamento da Instituição de Pagamento pelo Banco Central do Brasil.

PagSeguro Internet S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.1. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no semestre demonstrado. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As presentes demonstrações financeiras foram apreciadas pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 22 de agosto de 2019.

2.2. Conversão de moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do semestre, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3. Disponibilidades

São mantidos em disponibilidades os caixas e os equivalentes de caixa são mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo, não para investimento ou qualquer outro fim. A Companhia classifica como equivalentes de caixa uma aplicação financeira que pode ser imediatamente convertida em caixa e está sujeito a um risco imaterial de mudança em seu valor. A Companhia classifica aplicações financeiras com vencimentos originais de três meses ou menos como equivalentes de caixa.

Nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2019 são considerados caixa e equivalentes de caixa, conforme resolução nº 3.604/08, dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação.

PagSeguro Internet S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação: títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos mantidos até o vencimento: títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.
- Títulos disponíveis para venda: títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Em 30 de junho de 2019, a Companhia não possuía títulos classificados na categoria descrita no item (ii).

O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13.

2.5. Relações interfinanceiras

Os valores são principalmente relacionados a recebíveis de emissores de cartões de crédito/débito e adquirentes originados de transações por meio da plataforma da Companhia. Se o recebível é esperado em um ano ou menos, eles são classificados como ativo circulante. Caso contrário, eles são classificados como ativo realizável a longo prazo.

PagSeguro Internet S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Relações interfinanceiras--Continuação

Com base na avaliação de risco a Companhia estabelece uma redução ao valor recuperável de contas a receber. A provisão considera que o saldo de relações interfinanceiras é composto principalmente de transações aprovadas por grandes instituições financeiras, com um nível baixo de risco, e boas avaliações das principais agências de *rating*. A Companhia realizou essa avaliação de risco, conforme nota 22. Além disso, essas instituições financeiras são os devedores legais dos acordos de recebíveis.

Os recebíveis são registrados a valor presente. Os saldos de relações interfinanceiras referente as transações parceladas são registradas em uma estimativa com base no cálculo do valor presente dessas transações (ajuste ao valor presente), usando termos e taxas médias, que estão sujeitos a variação de acordo com o prazo dessas transações e as taxas aplicadas.

A Companhia incorre em despesas financeiras quando solicita receber o pagamento antecipado das relações interfinanceiras de instituições financeiras. A despesa financeira é reconhecida quando a instituição financeira concorda em liquidar um recebível devido em parcelas pré-pagas e é registrado como despesas operacionais na demonstração do resultado.

2.6. Investimentos

A participação em controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial, demonstrada na nota 8.

2.7. Imobilizado em uso

Os itens do imobilizado são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

PagSeguro Internet S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.7. Imobilizado em uso--Continuação

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada semestre. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Equipamento de processamento de dados	2,5 a 5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	10 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 10 anos
Veículos	5 anos

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

2.8. Intangível

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem, se aplicável, os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

PagSeguro Internet S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.8. Intangível--Continuação

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada não superior a cinco anos.

2.9. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo e o seu valor em uso.

2.10. Ágio

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios. O ágio fundamentado na previsão de resultados futuros é amortizado pelo prazo de cinco anos, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável. O ágio decorrente de investimentos em controladas é classificado na rubrica de investimento nas demonstrações financeiras, vide Nota 8.

2.11. Obrigações com terceiros

As obrigações com terceiros referem-se a títulos pagos e saldos devidos a clientes que utilizam a plataforma do PagSeguro. O grupo PagSeguro reconhece o valor justo da transação, ou seja, o montante líquido do custo de transação.

2.12. Provisões

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

PagSeguro Internet S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.12. Provisões--Continuação

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, histórico das ações, opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas, para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis à Companhia, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

2.13. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

PagSeguro Internet S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.13. Reconhecimento da receita--Continuação

As receitas de prestação de serviços são representadas substancialmente por:

- Receita com taxa de intermediação: receitas de taxas cobradas pela intermediação de pagamentos eletrônicos. São reconhecidas em termos brutos e os custos de transação relacionados são reconhecidos como despesas operacionais; e
- Receita com pré-pagamento: taxa de desconto cobrada sobre os pagamentos antecipados de obrigações com terceiros (clientes). O rendimento é reconhecido quando o cliente concorda em receber uma venda parcelada em regime de pagamento antecipado, este é registrado como receita de prestação de serviços na demonstração do resultado.

2.14. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social, que prevê que, no mínimo, 1% do lucro líquido do exercício seja distribuído como dividendos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

2.15. Plano de Incentivo de Longo Prazo (PILP)

Membros da Administração participam do Plano de Incentivo de Longo Prazo, PILP, que foi estabelecido pelo Universo Online S.A. ("UOL"), controladora do PagSeguro Digital, para as empresas de seu grupo. O programa foi estabelecido em 29 de julho de 2015 e foi adotado pela Companhia. Os beneficiários para o PILP são selecionados pelo comitê de PILP do UOL.

Nas demonstrações financeiras da Companhia são registrados saldos de partes relacionadas a pagar, junto ao PagSeguro Digital, e despesas com pessoal relacionadas ao PILP.

PagSeguro Internet S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Imposto de renda e contribuição social correntes

Os ativos e passivos fiscais para o ano corrente são calculados com base no valor recuperável esperado ou no valor a pagar às autoridades fiscais. As taxas de impostos e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são as promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço nos países onde a Companhia opera e gera renda tributável.

O imposto de renda e a contribuição social corrente relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Companhia avalia periodicamente as posições tributárias envolvendo interpretação da regulamentação tributária e estabelece disposições quando apropriado.

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 9%, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos resultam de diferenças temporárias entre as bases tributárias dos ativos e passivos e seus valores contábeis na data do balanço.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto nas seguintes situações:

- Quando o passivo de impostos diferidos decorre do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação diferente de uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afeta o lucro contábil nem o lucro tributável;
- Sobre diferenças de impostos temporárias relacionadas a investimentos em subsidiárias, quando o momento da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não se reverterão no futuro previsível;
- Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos em todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais negativos, na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível contra o qual possam ser compensados, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado à diferença temporária dedutível decorre do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação diferente de uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afeta a contabilização ou a perda de lucro tributável; e

PagSeguro Internet S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

- Os ativos tributários diferidos são reconhecidos nas diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas apenas na medida em que seja provável que as diferenças temporárias se reverterão no futuro previsível e que o lucro tributável estará disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil de ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que é provável que um lucro tributável suficiente esteja disponível para permitir que todo ou parte dos ativos fiscais diferidos sejam utilizados.

Os ativos de impostos diferidos não reconhecidos são revisados, em cada data de balanço, e reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir sua utilização.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são mensurados usando as taxas de imposto vigentes no ano em que os ativos serão realizados e os passivos serão liquidados. As taxas de imposto atualmente definidas de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social são usadas para calcular impostos diferidos.

2.17. Benefícios a empregados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa com base na estimativa de pagamento da participação nos resultados. Esta é calculada conforme o cumprimento de metas estipuladas pela Administração. A participação nos resultados é destinada a todos os profissionais da Companhia.

2.18. Capital social

Em 30 de junho de 2019, ações ordinárias estão classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado líquido de impostos.

PagSeguro Internet S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Vida útil estimada dos intangíveis

A Companhia utiliza uma vida útil estimada para calcular e registrar a amortização aplicada em seus ativos intangíveis, que pode ser diferente do prazo real em que se espera que os ativos intangíveis gerem benefícios para a Companhia.

A amortização dos direitos de uso de software é definida com base no período de vigência da licença contratada. A amortização dos softwares desenvolvidos internamente é definida com base no período em que gerarão benefícios econômicos futuros.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos baseada em estimativas de geração de lucro tributável projetadas para os próximos 10 anos. Para o reconhecimento de créditos tributários são necessários ao menos três anos onde existe lucro tributável no histórico de resultado da Companhia nos últimos cinco anos. Essas projeções são revisadas periodicamente e aprovadas pela Administração.

c) Provisão de contingências

A Companhia reconhece provisões para processos cíveis, tributários e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui avaliar a evidência e a jurisprudência disponíveis, a hierarquia das leis e as decisões judiciais mais recentes. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração as mudanças nas circunstâncias, como o prazo de prescrição aplicável, as conclusões das inspeções fiscais e exposições adicionais identificadas com base em novas questões ou decisões dos tribunais.

PagSeguro Internet S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Disponibilidades

	<u>30 de junho de 2019</u>
Caixa	7
Depósitos bancários	10.955
Banco Central - outras reservas livres	14.895
Depósito no exterior em moedas estrangeiras	2.029
	<u>27.886</u>

Os saldos de disponibilidades são mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo e incluem caixa em dinheiro e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil e no exterior.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2019 está demonstrado a seguir:

	<u>30 de junho de 2019</u>
Disponibilidades	27.886
Fundo de investimentos (nota 5)	18.453
	<u>46.339</u>

5. Títulos e valores mobiliários

	<u>30 de junho de 2019</u>					
	<u>Sem vencimento</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Valor de custo</u>	<u>Ajuste a valor de mercado</u>	<u>Valor de mercado</u>
Títulos para negociação						
Fundos de investimento (a)	18.453	-	-	18.453	-	18.453
Debêntures (b)	-	153.837	-	153.837	(4.607)	149.230
Títulos disponíveis para venda						
Letras Financeira do Tesouro (c)	-	77.794	1.684.021	1.761.815	(69)	1.761.746
	<u>18.453</u>	<u>231.631</u>	<u>1.684.021</u>	<u>1.934.105</u>	<u>(4.676)</u>	<u>1.929.429</u>

(a) Os saldos de fundos de investimento em renda fixa exclusivos.

(b) Os saldos referem-se a debêntures da Biva Securitizadora de Créditos S.A., controlada indireta da Companhia por meio da BIVA.

(c) Os saldos referem-se a Letras do Tesouro Nacional ("LFTs"), com uma taxa média de retorno de 100% sobre a SELIC, esse investimento é requerido para instituições de pagamento autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil.

PagSeguro Internet S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Relações interfinanceiras

	30 de junho de 2019				
	Visa	Master	Hipercard	Elo	Total
Itaú	623.066	2.347.403	552.226	-	3.522.695
Bradesco	858.154	174.140	-	179.352	1.211.646
Banco do Brasil	689.500	159.841	-	119.593	968.934
CEF	150.050	178.782	-	105.001	433.833
Santander	272.348	1.067.832	-	-	1.340.180
Outros	512.608	1.413.024	-	37.439	1.963.071
Total emissores (i)	3.105.726	5.341.022	552.226	441.385	9.440.359
Elo	-	-	-	-	156.428
Cielo	-	-	-	-	44.277
Redecard	-	-	-	-	791
Vero	-	-	-	-	8.069
Outros	-	-	-	-	1.789
Total adquirentes (ii)	-	-	-	-	211.354
	3.105.721	5.341.028	552.226	441.385	9.651.713

(i) Emissores: contas a receber derivadas de transações que a Companhia atua como intermediador financeiro de operações com bancos emissores. Decorrente de acordos de intermediação entre a Companhia e as bandeiras Visa, Mastercard, Hipercard ou Elo. No entanto, os recebíveis contratuais da Companhia são com as instituições financeiras, as quais são os devedores legais das contas a receber. Além disso, os valores devidos no prazo de 27 dias a partir da transação original, incluindo os que são devidos com a primeira parcela de prestação de contas a receber, são garantidos pela Visa, Mastercard, Hipercard ou Elo, conforme aplicável, no caso de os devedores legais não efetuarem o pagamento. A Companhia começou a operar diretamente como intermediador financeiro em 2016.

(ii) Adquirentes: correspondente a transações de cartões que serão recebidas de adquirentes, as quais trata-se de terceiros atuando como intermediador financeiro entre a Companhia e o banco emissor. O saldo de contas a receber inclui recebíveis transacionados nos leitores de cartão de crédito e débito.

As contas a receber por prazo de vencimento são representados como segue:

	30 de junho de 2019
A vencer em até 30 dias	5.149.077
A vencer em até 31 a 120 dias	3.199.710
A vencer em até 121 a 180 dias	701.130
A vencer em até 181 a 360 dias	601.796
	9.651.713

PagSeguro Internet S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Outros créditos - diversos

	<u>30 de junho de 2019</u>
IR e CS diferido (ii)	77.845
IR e CS a recuperar	65.195
PIS/COFINS a recuperar	12.105
Adiantamentos	14.631
Partes relacionadas	11.478
Outros recebíveis	13.065
Total circulante	<u><u>194.319</u></u>

	<u>30 de junho de 2019</u>
Depósitos judiciais (i)	223.901
Imposto de renda diferido (ii)	37.789
Total não circulante	<u><u>261.690</u></u>

(i) Os depósitos judiciais são compostos, conforme abaixo:

	<u>30 de junho de 2019</u>
Depósitos tributários:	
Imposto Sobre Serviços (ISS)	81.341
Programa de Integração Social (PIS)	19.707
Contribuição para Seguridade Social (COFINS)	121.275
Depósitos cíveis	1.425
Depósitos trabalhistas	153
	<u><u>223.901</u></u>

A Companhia obteve decisões judiciais para recolher em juízo, via depósito judicial, tributos devidos referente a ISS, PIS e COFINS.

(ii) Imposto de renda diferido ativo, detalhes na nota 14.

PagSeguro Internet S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos

Companhias	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro/ (prejuízo) semestre	Participação no capital social (%)	Equivalência patrimonial	Investimentos em controladas
Controladas						
Net+Phone	144.202	165.721	36.773	99,99	36.773	165.721
Boa Compra	5.381	35.180	8.631	99,99	8.631	35.180
BCPS	18	1.199	(286)	99,50	(284)	1.199
R2Tech	10	7.051	3.182	100,00	2.749	7.051
BIVA	26.127	13.887	1.499	100,00	1.232	13.887
FIDC (i)	200.000	1.140.360	608.284	100,00	607.580	1.119.431
TILIX	5.015	(430)	(2.065)	100,00	(2.065)	(430)
Não controladas						
NETPOS (ii)	-	-	-	10,00	-	1.500
Total					<u>654.616</u>	<u>1.343.539</u>
Ágio gerado aquisição controladas						65.450
Amortização de ágio acumulado						<u>(14.082)</u>
					Total	<u>1.394.907</u>

(i) A Companhia apresenta o FIDC em suas demonstrações financeiras como controlada. A apresentação é justificada pelo fato de que os riscos de inadimplência, a responsabilidade por despesas e administração relacionadas ao FIDC estão vinculados a cotas subordinadas detidas pela Companhia. O entendimento da Administração sobre as práticas contábeis adotadas para classificação do FIDC como investimento permanente sujeito a avaliação pelo método de equivalência patrimonial, foi corroborado por *accounting opinion* emitida por renomados professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo ("FEA USP"), especialistas no assunto. A Administração está discutindo a respectiva classificação como investimento permanente junto ao Banco Central do Brasil (BACEN).

(ii) Em 15 de março de 2019, o PagSeguro adquiriu 10% das ações do capital da NETPOS Serviços de Informática S.A. ("NETPOS"). O montante total pago foi de R\$1.500, o qual resultou em saída de caixa na mesma data supracitada.

9. Imobilizado

	30 de junho de 2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imobilizado em operação			
Equipamentos de processamento de dados	52.711	(11.192)	41.519
Máquinas e equipamentos	101.781	(8.883)	92.898
Móveis e utensílios	1.726	(151)	1.575
Benfeitorias imóveis de terceiros	6.794	(464)	6.330
Outros	1.201	(280)	921
	<u>164.213</u>	<u>(20.970)</u>	<u>143.243</u>

PagSeguro Internet S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

Movimentação do imobilizado:

	Equipamentos processamento de dados	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benfeitorias imóveis de terceiros	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2018						
Custo	22.368	43.968	1.711	6.389	1.200	75.636
Depreciação acumulada	(7.512)	(2.660)	(65)	(145)	(140)	(10.522)
Saldo contábil, líquido	14.856	41.308	1.646	6.244	1.060	65.114
Em 30 de junho de 2019						
Saldo inicial	14.856	41.308	1.646	6.244	1.060	65.114
Custo	30.343	57.813	16	405	-	88.577
Adições	33.787	57.820	16	405	-	92.028
Baixas	(3.444)	(7)	-	-	-	(3.451)
Depreciação	(3.680)	(6.223)	(87)	(319)	(139)	(10.449)
Adições	(3.684)	(6.223)	(87)	(319)	(139)	(10.452)
Baixas	4	-	-	-	-	4
Saldo contábil, líquido	41.519	92.898	1.575	6.330	921	143.243
Em 30 de junho de 2019						
Custo	52.711	101.781	1.726	6.794	1.201	164.213
Depreciação acumulada	(11.192)	(8.883)	(151)	(464)	(280)	(20.970)
Saldo contábil, líquido	41.519	92.898	1.575	6.330	921	143.243

10. Intangível

	30 de junho de 2019		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangível em operação			
Ativos intangíveis			
Gastos com software e tecnologia	573.972	(261.332)	312.640
Outros ativos intangíveis			
Direito de uso de software	51.466	(6.135)	45.331
Marcas e patentes	25	-	25
	625.463	(267.467)	357.996

PagSeguro Internet S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível--Continuação

Movimentação do intangível:

	Gastos com software e tecnologia	Direito de uso de software	Marcas e patentes	Total
Em 31 de dezembro de 2018				
Custo	468.218	12.129	25	480.372
Amortização acumulada	(223.705)	(2.266)	-	(225.971)
Saldo contábil, líquido	244.513	9.863	25	254.401
Em 30 de junho de 2019				
Saldo inicial	244.513	9.863	25	254.401
Custo	105.754	39.337	-	145.091
Adições	107.805	40.833	-	148.638
Baixas	(2.051)	(1.498)	-	(3.548)
Amortização	(37.627)	(3.869)	-	(41.496)
Adições	(37.627)	(3.869)	-	(41.496)
Saldo contábil, líquido	312.640	45.331	25	357.996
Em 30 de junho de 2019				
Custo	573.972	51.466	25	625.463
Amortização acumulada	(261.332)	(6.135)	-	(267.467)
Saldo contábil, líquido	312.640	45.331	25	357.996

11. Diversas

	30 de junho de 2019
Diversas curto prazo	
Obrigações com terceiros (a)	2.345.445
Partes relacionadas (b)	1.924.180
Fornecedores	202.293
Salários e encargos	59.066
Outras contas a pagar	41.704
	4.572.688
	30 de junho de 2019
Diversas longo prazo	
Contingências (c)	235.651
Outras contas a pagar	15.800
	251.451

PagSeguro Internet S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Diversas--Continuação

- (a) As obrigações com terceiros correspondem aos montantes a serem repassados aos estabelecimentos comerciais referentes às transações feitas pelos portadores de cartões, líquidas das taxas de intermediação e descontos aplicados. De forma geral, o prazo médio de liquidação da Companhia com os estabelecimentos comerciais é de até 30 dias.
- (b) As operações com partes relacionadas estão detalhadas na Nota 12.
- (c) As contingências da Companhia estão detalhadas na Nota 15.

12. Partes relacionadas

i) Saldos e transações com partes relacionadas

	30 de junho de 2019	
	Contas a receber	Contas a pagar
<i>Controladora direta e indireta</i>		
UOLB - recuperação de custo	-	8.700
UOLB - prestação de serviço (a)	-	16.364
PagSeguro Digital Ltda. (b)	-	308.287
<i>Controladas e Afiliadas</i>		
UOL Diveo - prestação de serviço (a)	-	4.331
UOL Cursos	-	707
Boa Compra	156	30.985
Net+Phone	6.305	26.028
R2TECH	-	1.396
Fundo de investimento FIDC (c)	-	1.522.617
TILIX	4.960	-
CIAT	-	81
Banco Seguro	-	3.712
Outros	57	972
	11.478	1.924.180

- (a) Venda de serviços e custo de serviços compartilhados de: (i) serviços de publicidade do UOL, (ii) serviços de suporte técnico em informática e hospedagem do UOL Diveo Tecnologia Ltda ("UOL Diveo");
- (b) Saldo composto por despesas relacionadas ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (PILP);
- (c) Os saldos a pagar do FIDC são relacionadas a operação de cessões de direitos creditórios para antecipação de pagamento junto aos clientes.

PagSeguro Internet S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Partes relacionadas--Continuação

i) Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

	30 de junho de 2019	
	Receita	Despesa
<i>Controladora final</i>		
UOLB - recuperação de custo (a)	-	53.064
UOLB - prestação de serviço (b)	1.208	21.777
<i>Controladas e Afiliadas</i>		
UOL Diveo - prestação de serviço (c)	-	16.610
Boa Compra S/A	138	694
Fundo de investimento FIDC (d)	224.288	114.063
Net+Phone (e)	6.344	246.660
BancoSeguro (f)	18.201	-
R2TECH	-	7.314
BIVA (g)	15.701	2.080
Outros	30	474
	265.910	462.736

- (a) Compartilhamento de custos de serviços relacionados a (i) custos de folha de pagamento, (ii) estrutura de TI / software e (iii) custos de aluguel incorridos pela controladora UOL que são repassados à Companhia de acordo com o contrato. Tais custos são classificados como despesa administrativa.
- (b) Serviços de publicidade prestados pela controladora UOL à Companhia.
- (c) Serviços de suporte técnico em informática e hospedagem prestados para a Companhia pelo UOL Diveo.
- (d) As receitas com FIDC são relacionadas à operação de cessões de direitos creditórios para antecipação de pagamento junto aos clientes. As despesas referem-se ao ajuste de atualização a valor presente do saldo passivo.
- (e) Serviço de intermediação financeira prestados pela Companhia a Net+Phone para a realização das vendas dos leitores de cartão e despesas referentes ao subsídio.
- (f) As receitas com BancoSeguro se referem à operação de cessões de direitos creditórios para antecipação de pagamento junto com os clientes.
- (g) As receitas com a BIVA se referem à remuneração sobre as debêntures. As despesas se referem ao *fee* cobrado pela BIVA para operacionalizar as transações.

ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores da Companhia. A remuneração paga aos diretores da Companhia para o semestre findo em 30 de junho de 2019 foi de R\$17.335.

PagSeguro Internet S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Fiscais e previdenciárias

	30 de junho de 2019
Imposto de renda e contribuição social - diferido	108.549
Imposto Sobre Serviços (ISS)	95.451
Imposto de renda e contribuição social - corrente	26.086
Contribuições previdenciárias	8.462
Impostos retidos sobre serviços (PIS, COFINS, IRRF, ISS, INSS)	2.211
Outros	127
	240.886

14. Imposto de renda diferido

	Dezembro 2018	Reconhecido no resultado	Junho 2019
Ativo:			
Impostos com exigibilidade suspensa	45.558	11.455	57.013
Outras adições temporárias passivas	26.448	32.173	58.621
	72.006	43.628	115.634
Circulante	-		77.845
Não circulante	72.006		37.789
Passivo:			
Inovação tecnológica	(81.745)	(23.108)	(104.853)
FIDC IN 1.585/2015	(114.929)	(206.816)	(321.745)
Outras adições temporárias ativas	(21.658)	(37.162)	(58.820)
	(218.332)	(267.086)	(485.418)
Circulante	-		(108.549)
Não circulante	(218.332)		(376.869)

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social registrados no resultado do semestre findo em 30 de junho de 2019:

	30 de junho de 2019
Lucro líquido do semestre antes do imposto de renda e da contribuição social	885.387
Alíquota vigente	34%
Expectativa da despesa de imposto de renda e contribuição social, em relação ao lucro contábil antes desses impostos, de acordo com a alíquota vigente	301.032
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre:	
Adições (exclusões) permanentes:	
Participação nos resultados	(6.137)
Benefício com pesquisa e inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05 (i)	(28.605)
Equivalência patrimonial	(222.775)
FIDC IN 1585/15	206.816
Outras adições (exclusões)	(787)
Despesa com imposto de renda e contribuição social registrada no resultado do semestre	249.544
Provisão para imposto de renda	(21.943)
Provisão para contribuição social	(4.143)
Ativo fiscal diferido	(223.458)
Alíquota efetiva	28%

PagSeguro Internet S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda diferido--Continuação

A realização estimada dos impostos de renda diferidos ativos e passivos está demonstrada a seguir:

	30 de junho de 2019	
	Ativo	Passivo
2019	77.845	(91.073)
2020	37.789	(37.648)
2021	-	(34.951)
2023	-	(321.746)

15. Contingências

	30 de junho de 2019
Contingências tributárias:	
Imposto Sobre Serviços - ISS (i)	85.254
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (ii)	122.835
Programa de Integração Social - PIS (ii)	19.961
Contingências trabalhistas	300
Contingências cíveis	7.301
	<u>235.651</u>

(i) Imposto sobre serviços decorrente substancialmente das receitas de operações de meio de pagamento.

(ii) O montante registrado nessa rubrica refere-se substancialmente aos valores de PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

A Companhia obteve uma decisão judicial na qual recolhe por meio de depósito judicial, até o julgamento do mérito os Itens "i" e "ii", vide Nota Explicativa nº 7.

A movimentação de contingências para o semestre findo em 30 de junho de 2019 está demonstrada no quadro abaixo:

	31 de dezembro				30 de junho
	de 2018	Adições	Baixas	Atualizações	de 2019
Cível	6.198	1.019	(187)	271	7.301
Trabalhista	239	-	(33)	94	300
Tributário	182.232	39.206	-	6.612	228.050
	<u>188.669</u>	<u>40.225</u>	<u>(220)</u>	<u>6.977</u>	<u>235.651</u>

PagSeguro Internet S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido

Capital social

Em 30 de junho de 2019, o capital social totalmente subscrito e integralizado, é de R\$5.200.994, representado por 1.655.760.489 ações ordinárias, sem valor nominal.

Reserva legal

A reserva legal é constituída de acordo com o Estatuto, sendo 5% do lucro líquido anual até o limite de 20% do capital social realizado. A Administração da Companhia propôs a constituição de reserva legal de R\$30.890, referente ao lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2019. A reserva legal somente será utilizada para aumento do capital ou para absorção de prejuízos.

Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia propôs a constituição de reserva de retenção de lucros de R\$521.904, referente ao lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2019, para fazer frente ao Orçamento de Capital da Companhia a ser aprovado pelos acionistas após a emissão das demonstrações financeiras.

Dividendos

Por meio de reunião da Diretoria realizada em 3 de janeiro de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram a distribuição de R\$65.000 de dividendos relativos ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2018.

Ajustes de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito acumulado da conversão de balanços em moeda estrangeira da sua controlada BCPS e o ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários. O efeito para o período de seis meses findos em junho de 2019 é de R\$675.

17. Receitas de prestação de serviços

	<u>30 de junho de 2019</u>
Receita de intermediação	1.672.002
Receita com pré-pagamento (i)	317.824
Outras receitas	10.079
Cancelamentos	<u>(18.777)</u>
	<u><u>1.981.128</u></u>

PagSeguro Internet S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Despesas administrativas

	<u>30 de junho de 2019</u>
Marketing e publicidade	193.583
Despesas com software	75.287
Depreciação e amortização	52.879
Honorários e consultorias	21.051
Outras	12.826
	<u>355.626</u>

19. Despesas operacionais

	<u>30 de junho de 2019</u>
Custo da transação	816.326
Subsídio	236.976
Chargebacks	68.436
Outras	6.376
	<u>1.128.114</u>

20. Despesas tributárias

	<u>30 de junho de 2019</u>
COFINS	136.795
ISS	55.287
PIS	29.054
Outras	4.513
	<u>225.649</u>

PagSeguro Internet S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Despesas com pessoal

	<u>30 de junho de 2019</u>
Salários e proventos (a)	89.556
Encargos sociais	34.628
Benefícios	16.288
	<u>140.472</u>

(a) Em 26 de janeiro de 2018, os beneficiários do PILP receberam direitos sob a forma de quantias monetárias sem pagamento em dinheiro. Estes direitos são atribuídos em cinco parcelas anuais iguais, com início em 29 de julho de 2015 e a data de início do emprego do beneficiário. Nos termos do PILP, após a conclusão do IPO, a parte adquirida dos direitos do PILP de cada beneficiário foi convertida em ações ordinárias classe A do PagSeguro Digital ao preço do IPO (U\$ 21,50) que é o valor justo na data da outorga. Como resultado, os beneficiários do PILP receberam um total de 1.823.727 novas ações ordinárias classe A após a conclusão do IPO. As parcelas não utilizadas dos direitos de cada beneficiário serão liquidadas em cada data de aquisição anual futura em ações.

As ações concedidas sob o PILP estão sujeitas a um período de *lock-up* de um ano. Quaisquer ações que sejam emitidas em uma data de aquisição subsequente durante o primeiro ano após o IPO estarão sujeitas ao restante do mesmo período de *lock-up*, expirando um ano após o IPO. Após o encerramento desse período de um ano, as ações a serem concedidas sob o PILP não estarão mais sujeitas a bloqueio.

O número máximo de ações ordinárias que podem ser entregues aos beneficiários do PILP não pode exceder 3% do capital social emitido a qualquer momento. Em 30 de junho de 2019, o total de ações outorgadas era de 7.064.478 e o total de ações emitidas era de 3.126.142, o valor de impacto no resultado referente ao PILP para o semestre findo em junho de 2019 é de R\$27.754. Não houve nenhuma suspensão ou expiração no semestre findo em 30 de junho de 2019.

22. Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de fraude (*chargeback*), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Que utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, quando aplicável.

Entre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

i) Risco cambial

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da Companhia, para o período de seis meses findo em junho de 2019 o efeito deste risco é imaterial.

PagSeguro Internet S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Gestão de risco financeiro--Continuação

ii) Riscos de fraude (“chargebacks”)

A Companhia utiliza dois processos para controlar o risco de fraude.

O primeiro consiste no monitoramento, em tempo real, via sistema antifraude das transações efetuadas com cartões de crédito, débito e boletos, que aponta, identifica, aprova ou recusa transações suspeitas de fraude no momento da autorização, a partir de modelos estatísticos revisados periodicamente.

O segundo processo tem a função detectiva para tratamento de *chargebacks* e disputas, onde o primeiro processo não identificou a fraude. Este processo retroalimenta o primeiro para aumentar a capacidade de evitar novas fraudes.

iii) Riscos de crédito

O risco de crédito se resume na possibilidade de inadimplência: (a) os emissores do cartão, que têm a obrigação de repassar à Companhia as taxas cobradas pelas transações realizadas pelos titulares de seus cartões, e/ou (b) os adquirentes, que são utilizados pela Companhia para aprovar transações com os emissores.

Para a mitigação deste risco, a Companhia instituiu um Comitê de Risco de Crédito e Liquidez, cuja função é analisar o nível de risco de cada um dos emissores de cartão capturados pela Companhia e assim classificá-los em três grupos:

- Emissores de cartão com baixo nível de risco, avaliados pelos *ratings* das agências FITCH, S&P e Moody's e são dispensados de monitoramento adicional;
- Emissores de cartão com nível de risco médio e que são monitorados, também, pelos Indicadores de Basiléia e imobilização; e
- Emissores de cartão com nível de risco alto e que são avaliados pelo Comitê em reuniões mensais.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o semestre, e a Administração não espera que nenhuma perda decorrente de inadimplência ocorra a não ser os valores já baixados por *chargeback*.

PagSeguro Internet S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Gestão de risco financeiro--Continuação

iv) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros, com o objetivo de garantir recursos suficientes para honrar os compromissos com os estabelecimentos e às necessidades operacionais.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com liquidez adequada, fornecendo a segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia mantinha caixa e caixa equivalentes de R\$46.339.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Sem vencimento	A vencer até 30 dias	A vencer de 31 até 120 dias	A vencer de 121 até 180 dias	A vencer de 181 até 360 dias	A vencer acima de 361 dias
Em 30 de junho de 2019						
Obrigações com terceiros	-	1.633.853	484.584	121.814	105.194	-
Depósitos	1.740.013	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	1.924.180	-	-	-
Outras	-	-	-	-	41.704	15.800

23. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos circulantes e não circulantes, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e bancos.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2019, a Companhia não possui empréstimos e financiamentos, portanto, não são demonstrados índices de alavancagem.